

Trabalho necessário e racionalidade econômica

André Gorz

Apresentação

O trabalho não é mais o principal cimento social, nem o principal fator de socialização, nem a ocupação principal de cada um, nem a principal fonte de riqueza e de bem-estar, nem o sentido e o centro de nossas vidas.

O conhecimento que o leitor brasileiro tem de André Gorz, apesar de suas publicações no Brasil nos anos 60, sempre se faz tomando como referência *Divisão Social do Trabalho e Modo de Produção Capitalista*, de 1973, e, principalmente, *Adeus ao Proletariado*, de 1982. Posteriormente a estas duas obras, excetuando um artigo que foi incluído no livro *Depois da Queda*, organizado por Robin Blackburn e publicado recentemente pela Paz e Terra, nada mais desse intelectual austro-francês, ex-discípulo de Sartre, chegou as nossas mãos. Esta ausência, todavia, não significa que o mesmo tenha pouco produzido nos últimos tempos; antes pelo contrário, ao longo dos anos 80 e nesta quase metade de década que vivemos, Gorz participou ativamente dos debates sobre as atuais transformações porque passa a sociedade capitalista: além de contribuir continuamente com artigos em diversos periódicos, como por exemplo na *New Left Review*, publicou vários livros — *Les Chamins du Paradis*, em 1983, *Métamorphoses du Travail*, em 1988, *Capitalisme, Socialisme, Ecologie – Desorientations*, em 1991.

O texto, que ora apresentamos, foi pela primeira vez publicado no *Le Monde Diplomatique*, em junho de 1990, é representativo e expressa muito bem o objeto em torno do qual gravita a atual reflexão de Gorz. Partindo de dados aparentemente irrefutáveis e seguindo uma perspectiva similar a de Claus Offe e Jürgen Habermas, ele tenta mostrar que “o trabalho não é mais o principal cimento social, nem o principal fator de socialização, nem a ocupação principal de cada um, nem a principal fonte de riqueza e de bem-estar, nem o sentido e o centro de nossas vidas”. Gorz, no entanto, se distancia um pouco do sociólogo e do filósofo alemão, pois que esta sua constatação é acompanhada de uma denúncia engajada. Para ele, as pessoas não conseguem usufruir dessa

sociedade do tempo liberado porque continuam presos e constrangidos pela preocupação da eficiência e da performance. A ideologia do pleno emprego seria a responsável por esta situação: por um lado, porque defende, como solução para a atual crise, a impossível retomada da criação de novos postos de trabalho; por outro, em razão do crescimento do emprego ocorrer nos chamados serviços pessoais. Este último aspecto, alerta Gorz, representa uma ameaça a medida que se processa com o avanço da monetarização sobre a esfera da vida particular das pessoas. Gorz propõe a seguinte saída: lutar pela drástica redução da jornada de trabalho e a auto-organização das pessoas a partir de seus condomínios, de suas quadras e bairros, como modo de criar uma rede de assistência e ajuda mútua.

Todavia, há um problema imanente na análise de Gorz, que é também encontrado em Habermas: como nesse, sua reflexão sobre o fim da sociedade do trabalho centra-se, de forma prioritária, na dimensão concreta do trabalho. Prescindindo de uma análise que contemple concomitantemente o trabalho abstrato, Gorz, como Habermas, olvida que, desde *Trabalho Assalariado e Capital*, Marx já havia mostrado que o trabalho assalariado nunca pode ser fonte de satisfação e realização, o que inviabiliza qualquer identidade entre ele e o trabalhador. Isto faz com que Gorz não consiga mostrar que, mesmo sendo pertinente sua preocupação com a monetarização dos serviços pessoais, os empregos que surgem neste setor decorrem de uma necessidade que o capital tem para manter sua reprodução expansiva. E que o capital, por esta sua própria natureza, é uma relação social indisciplinadamente incontável.

Esta limitação de Gorz, para que se entenda as coisas mais claramente, nasce do fundamento habermasiano que segue: o que concebe a sociedade composta por uma “racionalidade cognitiva-instrumental” e uma

"racionalidade comunicativa"; ou seja, por uma "esfera sistêmica" e um "mundo vivido". Esta dupla dimensão da sociedade seria inultrapassável. Assim, como o capital compõe a racionalidade econômica, a qual é uma forma particular da "racionalidade cognitiva-instrumental", o trabalho abstrato nunca poderia ser eliminado. No máximo poder-se-ia limitar o espaço social que ele deve ocupar. Esta perspectiva, além da concepção social-democrata que trás implicitamente consigo, conduz Gorz, inexoravelmente, à um beco sem saída.

Para aproximadamente metade da população ativa, o trabalho deixa de ser uma função que integre numa comunidade produtiva e defina um lugar na sociedade.

Desde o início da era moderna, uma questão não cessou de se colocar ao Ocidente: em que medida a racionalidade econômica é compatível com o mínimo de coesão social, da qual uma sociedade tem necessidade para sobreviver? Hoje, esta questão se coloca, sob novos aspectos, com uma atualidade e acuidade maiores. Com efeito, é evidente o contraste entre a realidade e o discurso apaziguador da ideologia dominante.

Produzem-se, no conjunto dos países capitalistas da Europa, três a quatro vezes mais riquezas que há 35 anos; esta produção não exige três vezes mais horas de trabalho, mas uma quantidade de trabalho muito menor.

Na RFA, desde de 1955, o volume de trabalho diminuiu em 30%. Na França, ele baixou 15%, em trinta anos, e 10%, em seis anos. As conseqüências dos ganhos de produtividade são assim resumidas por Delors: em 1946, um assalariado de vinte quatro anos de idade devia passar, no trabalho, um terço de sua vida ativa; em 1975, um quarto somente; hoje, menos de um quinto. E mais. Esta última cifra não incorpora os ganhos de produtividade futuros e leva somente em consideração os assalariados empregados em tempo integral, durante todo o ano. Sempre segundo Delors, os franceses com mais de quinze anos de idade, hoje, passarão menos tempo no trabalho do que assistindo televisão.

Estes dados, nossa civilização, nossa imprensa, nossos representantes políticos, preferem não encará-los de frente. Eles se recusam a ver que nós não vivemos

mais numa sociedade de produtores, numa civilização do trabalho. O trabalho não é mais o principal cimento social, nem o principal fator de socialização, nem a ocupação principal de cada um, nem a principal fonte de riqueza e de bem-estar, nem o sentido e o centro de nossas vidas. Nós saímos da civilização do trabalho, mas dela saímos com recuos, entrando acuidados numa civilização do tempo liberado, incapazes de vê-la e desejá-la. Incapazes, portanto, de civilizar o tempo liberado, que nos é propiciado, e de fundar uma cultura do tempo disponível e uma cultura das atividades escolhidas para substituir e completar as culturas técnicas e profissionais que dominam o contexto. Nossos discursos continuam dominados pela preocupação com a eficiência, com o rendimento, com a performance máxima, e portanto pela preocupação de obter o maior resultado possível com o mínimo de trabalho e num menor tempo. E parecemos decididos a ignorar que nossos esforços de eficácia, de racionalização têm, como principal conseqüência, o resultado – que a racionalidade econômica não sabe avaliar nem revestir de sentido – de nos liberar do trabalho, de liberar nosso tempo, de nos liberar do reino da racionalidade econômica em si mesma.

Esta incapacidade, de nossas sociedades, para fundar uma civilização do tempo liberado proporciona uma distribuição absurda e escandalosamente injusta do trabalho, do tempo disponível e das riquezas. Nossa atenção se fixa, primeiro, sobre as novas carreiras que abre a revolução microeletrônica e

sobre as transformações fundamentais que decorrem disso na natureza do trabalho industrial e, sobretudo, nas condições dos trabalhadores. Dizem-nos que as tarefas repetitivas e de pura execução tendem a desaparecer da indústria; que o trabalho tende a tornar-se gratificante, responsável, auto-organizado, diversificado, próprio dos indivíduos autônomos, capazes de iniciativa, capazes de comunicar, de aprender, de dominar uma diversidade de disciplinas intelectuais e manuais. Um novo artesão, nos dizem, está prestes a substituir a antiga classe operária e a realizar o velho sonho: os produtores detêm o poder sobre as linhas de produção e, organizam seus trabalhos soberanamente.

E quem se interroga sobre a proporção dos assalariados que ascendem a esta nova condição escuta como resposta, não sem irritação, pois é a questão tão incongruente: no momento, trata-se de 5 à 10% somente dos trabalhadores da indústria; mas, futuramente, eles serão mais de 25%, e mesmo 40 à 50% no setor metalúrgico. O trabalho poderá voltar a ser apaixonante, ao ponto de se confundir, como acontece com os artistas, com a própria vida.

É necessário ter um espírito maldoso para se tentar saber mais sobre isso e colocar algumas outras questões: o que acontece com os 50 ou 60% dos trabalhadores metalúrgicos que não ascenderão à condição invejável que acaba de ser descrita? O que se tornarão os 75% dos assalariados do conjunto das indústrias que não poderão alcançar esta condição? E sobretudo: estas mudanças não se acompanham de ganhos de produtividade muito rápidos – de mais de 10% ao ano na indústria automobilística, por exemplo; de 100%, em cinco anos, na indústria de base?

Quando Thomson modernizou sua fábrica de geladeiras, restituindo-lhe competitividade e assegurando a todos os operários e operárias o acesso a qualificações profissionais cada vez mais elevadas, esta transformação tão celebrada não se acompanhou de uma redução de dezenove para nove mil dos trabalhadores efetivos? A propor-

ção da população economicamente ativa ocupada na indústria não caiu aproximadamente de 40%, há vinte anos, para perto de 30%, atualmente, e não se prevê que ela representará menos de 20% dentro de uns dez anos? O que se torna, então, esta mão-de-obra que a indústria... "libera", se se ousa dizer, para conservar senão estes preciosos profissionais polivalentes aos quais, para assegurá-los, ela oferece um tratamento e um status de privilegiados?

Nós conhecemos a resposta a estas questões: para aproximadamente metade da população economicamente ativa, a ideologia do trabalho se tornou uma maldosa farsa; a identificação com o trabalho é, a partir de então, impossível, pois o sistema econômico não tem necessidade ou não tem uma necessidade regular de sua capacidade de trabalho. A realidade que nos mascara a exaltação do "recurso humano", é que o emprego estável, de tempo pleno, durante todo o ano e toda a vida ativa, torna-se privilégio de uma minoria. Para aproximadamente metade da população ativa, o trabalho deixa de ser uma função que integrar numa comunidade produtiva e define um lugar na sociedade. O que o patronato chama "flexibilidade" se traduz para os assalariados por precariedade.

A situação na França, quanto a isto, não tem nada de excepcional. Na RFA, metade dos contratos de trabalho são de tempo parcial ou a título precário; um terço dos ativos ocupam empregos temporários ou em tempo parcial, com um salário parcial. E se as estatísticas indicam uma baixa no número de desempregados, não necessariamente se pode concluir que a economia tenha novamente necessidade de um maior volume de trabalho. Para reduzir a taxa de desemprego, também se pode aumentar a proporção dos empregos de tempo e salário parciais, em detrimento dos empregos de tempo pleno. Isto é o que se produz na França, na RFA e, sobretudo, nos Estados Unidos e Inglaterra. Nestes dois últimos países, os desempregados e as pessoas empregadas a título precário e em tempo parcial representam no

Esta desintegração remete a um problema de fundo: o que deve ser uma sociedade na qual o trabalho em tempo permanente de todos os cidadãos não é mais necessário, nem economicamente útil?

conjunto mais de 45% da população economicamente ativa. Na Inglaterra, 50% das mulheres e 25% dos homens, ou seja, 36% da mão-de-obra no trabalho, ocupam empregos fora das normas. Dos empregos criados ali nos últimos cinco anos, 90% foram de empregos precários e/ou em tempo parcial. Nos Estados Unidos, 60% dos empregos criados ao longo dos anos 80 pagaram salários abaixo do nível de pobreza: a renda típica da família americana, onde o homem tem menos de vinte cinco anos, é, hoje, inferior a 43% do que era em 1973.

Assim, de 35% a 50% da população economicamente ativa britânica, francesa, alemã ou americana vivem à margem de nossa pretendida civilização do trabalho, de sua escala de valores e de sua ética do rendimento e do mérito. O sistema social se cinde em dois, originando o que correntemente se chama de "sociedade dual". A consequência disto é uma rápida desintegração do tecido social. No topo da escala se dá uma competição desenfreada para se obter um dos raros empregos ao mesmo tempo estáveis e abertos para uma carreira ascendente. Isto é o que um slogan publicitário repugnante exalta como "a apaixonante necessidade de ganhar", estando entendido que deve ter aí, para cada ganhador, uma multidão de perdedores e que os vencedores nada devem àqueles ou àquelas que eles aniquilam. A sociedade é apresentada sob o modelo dos esportes de combate, com vocabulário militar e imagens guerreiras. Aqueles e aquelas

que não são nem ganhadores nem vencedores se acham rejeitados às margens de uma sociedade da qual nada têm que esperar. Sua violência suscita contra-violências, desafeições, nostalgias agressivamente regressivas ou reacionárias.

Esta desintegração remete a um problema de fundo: o que deve ser uma sociedade na qual o trabalho em tempo permanente de todos os cidadãos não é mais necessário, nem economicamente útil? Que outras prioridades, além das de ordem econômica, deve ela se atribuir? Como ela deve ser para que os ganhos de produtividade, as economias de tempo de trabalho, beneficiem todo mundo? Como ela pode redistribuir melhor todo o trabalho socialmente útil, de maneira que todo mundo possa trabalhar, mas trabalhar menos e melhor, todos recebendo sua parte das riquezas socialmente produzidas?

A tendência dominante é de descartar este gênero de questões e de colocar o problema de forma inversa: como fazer para que, apesar dos ganhos de produtividade, a economia consuma a mesma quantidade de trabalho que no passado? Como fazer para que as novas atividades remuneradas venham ocupar o tempo que, em escala social, os ganhos de produtividade liberam? Por outro lado, a quais novos domínios de atividade se pode estender as relações mercantis para substituir, tão bem quanto mal, os empregos suprimidos nas indústrias e serviços industrializados?

Conhecemos a resposta, uma resposta para a qual os Estados Unidos e o Japão mostraram o caminho: o único domínio no qual é possível, numa economia liberal, criar no futuro um grande número de empregos, é aquele dos serviços para as pessoas. O desenvolvimento do emprego poderia ser ilimitado se conseguíssemos transformar em prestações de serviços remunerados as atividades que as pessoas, até o presente, assumiram por conta própria. Os economistas falam deste assunto como um "novo crescimento mais rico em número de empregos", como "terciarização" da economia e como desenvolvimento de uma "socieda-

de de serviços" substituindo a "sociedade industrial".

Mas esta maneira de querer salvar a sociedade salarial coloca problemas e apresenta contradições que mereceriam ser colocadas no centro do debate público e da reflexão política. Com efeito, qual o conteúdo e o sentido da maioria das atividades, cuja a transformação em serviços profissionalizados e monetarizados são atualmente evocados? É fácil mostrar que sua profissionalização não responde mais à mesma lógica do desenvolvimento econômico passado. No passado, com efeito, o crescimento tinha por mofar fundamental o que se chama de "substituição produtiva": as tarefas que as pessoas assumiam por conta própria na esfera doméstica, depois de séculos, eram progressivamente transferidas para a indústria, e às indústrias de serviços, dotadas de maquinarias de maior desempenho que aquelas das quais se podia dispor num lar. A produção industrial e os serviços industrializados, assim, substituíram a autoprodução doméstica e assumiram esse encargo dos indivíduos. Ninguém fia sua lã, tece seu pano, costura suas roupas, prepara seu pão, etc., pois todas estas tarefas são realizadas de forma mais rápida, e freqüentemente melhor, pelas indústrias que empregam assalariados. E porque a industrialização permite produzir mais rápido e freqüentemente melhor e com menos trabalho, cada um pode, finalmente, com o salário de uma hora de seu trabalho, comprar muito mais bens e serviços os quais não seria capaz de produzir para e por si mesmo no espaço de uma hora. A industrialização economizou tempo de trabalho para todo o mundo, e este tempo de trabalho foi reempregado na economia, em grande parte, para produzir riquezas suplementares que somente a industrialização permite conceber e criar.

Mas os novos empregos criados nos serviços pessoais correspondem, ainda, ao modelo da substituição produtiva? Eles asseguram, de forma mais eficaz, isto é, melhor e mais rápido, os serviços que as pessoas, até o presente, forneciam a elas mesmas? O exame da

A criação de empregos não tem mais por função economizar tempo de trabalho em escala social, mas desperdiçar tempo de trabalho para o maior prazer de uma minoria de ricos.

grande maioria dos empregos criados, nos Estados Unidos, há uns dez anos mostra que não é nada disso. Sua função, na maior parte dos casos, é, antes de tudo, a seguinte: as duas, três ou quatro horas que eram passadas, até então, cortando grama, levando o cachorro para passear, fazendo compras e cuidando da casa, comprando o jornal ou se ocupando das crianças, estas horas são transferidas, através de pagamento, para um prestador de serviços. Nada impede que cada um possa fazer, por si próprio, isso da mesma forma. Simplesmente, ele libera duas ou quatro horas de tempo comprando estas mesmas horas para si. Os economistas chamam este gênero de transferência de "substituição equivalente", e Adam Smith já insistia no fato de que ela é economicamente improdutiva. Comprar o tempo de alguém para aumentar seus próprios lazeres ou seu conforto, não é nada mais, portanto, que comprar o trabalho de um servidor. A maioria dos empregos criados nos Estados Unidos, mas também uma grande proporção daqueles que, no Japão, explicam as fracas taxas de desempregos, são de empregos de servidor. Eis aqui a incômoda questão que não colocam aqueles ou aquelas – incluindo aí os sindicalistas – para os quais a criação do emprego é um fim em si.

Suponhamos, por um instante, que os novos servidores sejam agrupados na mesma denominação que a dos seus mestres, que, por uma hora de trabalho, seja necessário lhes pagar igualmente o que o empregador ganhou. De um ponto vista econômico, seria nesse caso

racional a própria pessoa trabalhar menos uma hora e assumir suas tarefas domésticas, quer individualmente, quer através de uma cooperativa de troca de serviços entre vizinhos. Talvez, se retorquirá, o aspecto econômico não seja o único determinante: mesmo que uma hora de trabalho do servidor tenha igual valor da que o empregador ganha em uma hora de trabalho, este último pode se dispor e pagar este preço para se desvencilhar de toda sorte de corvéias. Mas se isto é assim, ele reivindica o privilégio de se desobrigar de suas corvéias; ele afirma implicitamente que deve haver pessoas talhadas para fazer o que aborrece ou repugna, pessoas cuja profissão é servir. Em suma, inferiores. Mas por que? Em que condições sociais umas pessoas estão preparadas para assumir as corvéias dos outros, a título profissional, por assim dizer, além das suas próprias? E de onde vem o poder aquisitivo adicional que permite comprar crescentes quantidades de serviços pessoais a uma massa crescente de prestadores de serviços?

A maior parte dos economistas, e mesmo certos sindicalistas, dão a seguinte resposta: a automação faz baixar os preços relativos de uma quantidade de produtos. Esta baixa dos preços faz aumentar o poder de compra e permite às pessoas pagar os "serviços pessoais". Raciocínio impecável, mas que passa ao largo de um aspecto essencial: de onde se origina a baixa dos preços relativos da automação? Resposta: ela decorre do fato das empresas automatizadas terem reduzido o "custo salarial", o volume dos salários que elas distribuem. Elas diminuíram o "custo salarial" comprimindo seus efetivos. E só dispõem, portanto, de um poder de compra adicional aqueles que conservam um emprego permanente, freqüentemente melhor qualificado, relativamente bem pago. Somente eles, por conseguinte, podem comprar para si os novos serviços mercantilizados, nos quais milhões de assalariados supõem poder encontrar empregos.

Eis quem dá a verdadeira significação do desenvolvimento dos serviços pessoais. Eles se desenvol-

vem, são susceptíveis de criar um grande número de empregos porque, na maioria dos casos, aqueles e aquelas que assumem uma hora de tarefas domésticas ganham muito menos do que seus empregadores ganham em uma hora de trabalho. Os serviços pessoais se desenvolvem graças à pauperização de uma crescente massa de pessoas, fenômeno constatado tanto na América do Norte quanto na Europa Ocidental, como assim mostram os estudos do IRES e do CERC (Centro de Estudos de Rendas e Custos). A desigualdade social e econômica entre aqueles que fornecem os serviços pessoais e aqueles que compram tornou-se o móbil do desenvolvimento do emprego, que está fundado sobre uma acentuada dualização da sociedade, sobre uma espécie de "sulfrafricanização", como se o modelo colonial tomasse corpo no coração das próprias metrópoles.

Vemos, desta forma, se reconstituir, para a era pós-industrial, condições que prevaleciam há cento e cinquenta anos, nos primórdios da era industrial, época em que o nível de consumo era dez vezes menor, em que não existiam ainda nem o sufrágio universal nem a escolarização obrigatória. Naquela época, também enquanto a economia de mercado se liberava de todos os entraves, um sexto da população se limitava a se engajar como servidores e criados de casas dos ricos, e um quarto subsistia, bem ou mal, graças a pequenos trabalhos. Mas tratava-se, então, de rurícolas iletrados e artesãos arruinados. Nem a república nem a democracia existiam ainda de fato, nem muito menos o direito à educação e à igualdade de oportunidades.

Em contrapartida, hoje, nós vivemos este paradoxo explosivo: nossos governantes querem, por um lado, que 80% dos jovens concluam o secundário, por outro, em virtude da ideologia do emprego pelo emprego, que se desenvolva uma enorme subclasse de servidores para ornar a vida e os lares dos abastados. O que eles fazem, efetivamente, quando reduzem os impostos sobre as grandes rendas sob o pretexto de que os gastos dos

A racionalização econômica libera tempo, e continuará a liberar. Não é mais possível, por consequência, fazer com que a renda do cidadão dependa da quantidade de trabalho da qual a economia tem necessidade.

ricos criarão empregos, enquanto as transferências fiscais em favor dos mais pobres não criam quase nada? Os pobres, com efeito, se aumentam seus recursos, consumirão somente em maior número produtos e serviços usuais, industrializados, cujo conteúdo de trabalho é irrisório. Aumentar a renda dos, por outro lado, fará aumentar o consumo de produtos de luxo e, sobretudo, serviços pessoais, cujo conteúdo em trabalho é elevado, mas a racionalidade econômica, ao nível da sociedade, é fraca ou terminantemente nula.

Dito de outro modo: a criação de empregos depende principalmente, daqui em diante, não da atividade econômica, mas da atividade antieconômica; não da substituição produtiva do trabalho de autoprodução privada pelo trabalho assalariado, mas de sua substituição contra-produtiva. A criação de empregos não tem mais por função economizar tempo de trabalho em escala social, mas desperdiçar tempo de trabalho para o maior prazer de uma minoria de ricos. O objetivo não é mais reduzir a quantidade de trabalho, por unidade de produto ou de serviços, maximizando a produtividade; mas reduzir a produtividade e maximizar a quantidade de trabalho através do desenvolvimento de um terciário sem utilidade social.

Certamente, imensas necessidades continuam insatisfeitas, e uma outra distribuição de recursos permitiria criar milhões de empregos nos serviços não mercantis, como por exemplo no setor de as-

sistência maternal, da puericultura, da assistência às pessoas idosas, dos cuidados do lar, mas igualmente dos lares, do turismo, da cultura, da educação... Tudo isto é possível, com efeito, desde que se trate de serviços não mercantis, isto é, de serviços pelos quais as necessidades não têm que ser pagas nem suas execuções rentáveis. Serviços, portanto, que não correspondem a uma lógica nem a uma racionalidade econômica e que, financiadas por antecipações fiscais, restringem a esfera da economia mercantil em lugar de fazê-la crescer.

É por isso que continuamos a insistir sobre a questão anteriormente apresentada: em que medida, em que limites é bom substituir os serviços profissionais remunerados por atividades que qualquer um dentre nós poderia igualmente assumir por contra própria? Noutras palavras: em que medida as necessidades às quais esses serviços atendem não resultam da atual falta de tempo? Em que medida uma política de redistribuição do trabalho – de todo o trabalho, incluindo aí o trabalho doméstico – não reduziria, com a própria duração do trabalho, a necessidade de se recorrer aos serviços mercantilizáveis ou não mercantilizáveis? A semana de trinta horas, em cinco dias, para todo mundo, posteriormente a semana de vinte oito ou vinte quatro horas, com a divisão equitativa das tarefas domésticas entre homens e mulheres, não permitiria a auto-organização de redes de trocas de serviços nos bairros, nos edifícios e comunidades, a auto-organização de agrupamentos de ajuda mútua fundados, não sobre o pagamento em dinheiro, mas sobre a troca de tempo?

A força de monetarizar, de profissionalizar, de transformar em empregos as raras atividades de auto-produção e de serviços que nós mesmos ainda assumimos, não reduz, até aniquilar, o espaço em que cada pessoa assume sua responsabilidade, solapando assim os fundamentos da autonomia existencial, bem como os fundamentos da vivenciada sociabilidade e do tecido relacional?

Enfim e sobretudo: se, como se apresenta a atual tendência, a cria-

ção de empregos é colocada como o objetivo principal pela classe dirigente, aonde chegará a transformação de todas as atividades em atividades pagas, tendo por razão sua remuneração e por finalidade o rendimento máximo? Quanto tempo poderão resistir as fragilíssimas barreiras que ainda impedem a profissionalização da maternidade e da paternidade, a procriação comercial de embriões, a venda de crianças, o comércio de órgãos? Não nos encontramos já a caminho de monetarizar, de profissionalizar, de vender não mais somente coisas e serviços que nós produzimos, mas aquilo mesmo que somos sem poder nem produzi-lo, nem desvinculá-lo de nós mesmos? Não estamos já a cami-

nho de nos transformar, nós mesmos, em mercadoria e de tratar a vida como um meio dentre outros, e não como fim supremo a que todos os meios devem servir?

O problema de fundo, com o qual nos confrontamos, é aquele para além da economia e, o que dá no mesmo, um problema "para além do trabalho remunerado". A racionalização econômica libera tempo, e continuará a liberar. Não é mais possível por conseqüência, fazer com que a renda do cidadão dependa da quantidade de trabalho da qual a economia tem necessidade. Nem tampouco é mais possível, continuar a fazer do trabalho remunerado a principal fonte da identidade e do sentido da vida de cada pessoa.

Se deve haver esquerda, a tarefa desta consiste em transformar a liberação do tempo em uma nova liberdade e em novos direitos: por um lado, o direito de cada um e cada uma ganhar sua vida trabalhando, mas trabalhando cada vez menos e melhor, e recebendo plenamente sua parte da riqueza socialmente produzida; por outro, o direito de trabalhar de forma descontínua, intermitente, sem perder, durante as interrupções do emprego, a renda plena – de maneira a abrir novos espaços para atividades sem fins econômicos e a reconhecer nas atividades, que não têm a remuneração por objetivo, uma dignidade e um valor eminentes tanto para os indivíduos como para a própria sociedade.